

LETRAMENTO E ENSINO DE LITERATURA

Juliana Pessi Mayorca¹
julianamayorca@yahoo.com.br

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar novas perspectivas para o ensino de literatura no ensino básico. Diante disto, é necessário pensar em aproximar o aluno da arte da palavra, do texto criado como ficção, mas que pode representar uma sociedade de um dado tempo e lugar, pois sabemos que a literatura faz parte do produto humano; ou seja, da cultura. A leitura, não só a literária, necessita possibilitar ao educando uma rede de sentidos, que somente será efetivada se o texto lido for compreendido. Para tanto, os estudos na perspectiva do letramento vão de encontro a essas angústias vivenciadas diariamente nas aulas de Língua Portuguesa, uma vez que o letramento ocorre quando se tem compreensão do que se leu e não apenas a decodificação. A leitura literária é tão importante na formação do cidadão, nas suas práticas sociais como qualquer outra leitura. A literatura possibilita a tomada de compreensão do mundo, mas também precisa questioná-lo e reinterpretá-lo.

PALAVRAS-CHAVE: Letramento; Literatura; Ensino

ABSTRACT: *This article aims to present new perspectives to the teaching of literature in education. Therefore, it is necessary to think about approaching the student word art, text created as fiction, but it can represent a company in a given time and place, because we know that literature is part of the human product, ie, culture. Reading, not only literary, enable the learner needs a networkof meanings, which will be effective only if the text readi s understood. Therefore, studies from the perspective of literacy go against the seanguish experienced daily classes in Portuguese, since literacy occurs when there is understanding of what is read and not just the decoding. A literary reading is so important in the formation of citizens in their social practices as any other reading. Literature enables making of understanding the world, but also need to question it and reinterpret it.*

KEY-WORDS: *Literacy, Literature, Teaching*

Se por um lado ouvimos cada vez mais o termo “letramento” no interior da escola, por outro essa palavra ainda causa dúvidas, tanto que os discursos sobre o assunto e a prática pedagógica estão muito longe. Confunde-se muito, ainda, letramento com alfabetização, mas há uma grande diferença entre esses dois termos. As discussões em torno do letramento e alfabetização não se configuram num

¹Mestre em Teoria Literária pela UNIANDRADE

modismo passageiro, e sim em importantes temáticas a serem debatidas e articuladas no trabalho em sala de aula.

Vamos então aos conceitos de letramento. Soares (2000) afirma que o letramento é uma palavra razoavelmente nova no vocabulário linguístico, é da segunda metade da década de 80. Etimologicamente, a palavra *literacy* vem do latim *littera* (letra), com o sufixo – *cy* e denota qualidade, condição, estado, fato de ser. Ou seja, *literacy* é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. Implícita a esse conceito está a ideia de que a escrita traz consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, linguísticas, quer para o grupo social em que seja introduzida, quer para o indivíduo que aprende a usá-la. Do ponto de vista individual, o aprender a ler e escrever, “tornar-se alfabetizado, adquirir a tecnologia de ler e escrever e envolver-se nas práticas sociais de leitura e de escrita – tem consequências sobre o indivíduo, e altera seu estado ou condição em aspectos sociais, psíquicos, culturais, políticos, cognitivos, linguísticos e até mesmo econômicos.” (SOARES: 2000, p.18)

Letramento difere de alfabetismo. “Alfabetizado nomeia aquele que aprender a ler e escrever, não aquele que adquiriu o estado ou a condição de quem se apropriou da leitura e da escrita, incorporando as práticas sociais que as demandam.” (p.19) Não basta apenas adquirir a “tecnologia” do ler e escrever, ter a habilidade de codificar ou decodificar, ou simplesmente ser alfabetizado, é preciso também saber fazer uso dessas ferramentas, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente. Desta maneira surge o termo letramento.

Estado ou condição: essas palavras são importantes para que se compreendam as diferenças entre *analfabeto*, *alfabetizado* e *letrado*; o pressuposto é que quem aprende a ler e a escrever e passa a usar a leitura e a escrita, a envolver-se em práticas de leitura e de escrita, tornar-se uma pessoa diferente, adquire um outro estado, uma outra condição.” (SOARES: 2000, p. 36)

A pessoa letrada não é mais a mesma, tanto social como culturalmente. Não que mude de classe social ou cultural, mas muda seu modo de viver na sociedade, insere-se na cultura, na sua relação com os outros e com o contexto em que vive. Também, o convívio com a língua escrita tem como consequência mudanças no uso

oral da língua, no vocabulário. Letramento “é o estado ou a condição de quem se envolve nas numerosas e variadas práticas sociais de leitura e de escrita.” (p. 44)

As pessoas se alfabetizam, aprendem a ler e escrever, mas não necessariamente incorporam a prática da leitura e da escrita, não necessariamente adquirem competência para usar a leitura e a escrita, para envolver-se com as práticas sociais da escrita: não leem livros, jornais, revistas, não sabem redigir um ofício, um requerimento, uma declaração, não sabem preencher um formulário, sentem dificuldade para escrever um simples telegrama, uma carta...” (SOARES: 2000, p.46)

A alfabetização é a ação de ensinar e aprender a ler e escrever. O letramento é o estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita. Ao incorporar a palavra letramento ao vocabulário, significa que já se compreendeu que o problema não é apenas ensinar a ler e escrever, mas levar os indivíduos a fazer uso da leitura e da escrita, envolver-se em práticas sociais destas.

É preciso que haja condições para o letramento. Condições sociais, culturais e econômicas. A primeira é o acesso à escolaridade. Escolarização real e efetiva. A segunda, disponibilidade de material de leitura. Não basta saber ler e escrever, deve-se em seguida, criar condições para que os alfabetizados passem a ficam imersos em um ambiente letrado. (SOARES: 2000)

O conceito de letramento envolve complexidades difíceis de serem contempladas em uma só definição. Há duas dimensões principais do letramento: dimensão individual e dimensão social. Na dimensão pessoal, o letramento é visto como um atributo pessoal, como afirma Wagner (1983) apud Soares (2000, p. 66) a “simples posse individual das tecnologias mentais complementares de ler e escrever”. A leitura, neste ponto de vista, é um conjunto de habilidades linguísticas e psicológicas, que vão desde a habilidade de decodificar palavras até à compreensão de textos escritos. Essas categorias se completam: “leitura é um processo de relacionar símbolos escritos a unidades de som e é também o processo de construir uma interpretação de textos escritos”. (p. 68)

A leitura inclui a habilidade de decodificar símbolos escritos, captar significados, interpretar sequência de ideias, linguagem figurada, fazer previsões

iniciais sobre o sentido do texto, refletir, tirar conclusões, fazer julgamentos, etc. Além disso, essas habilidades de leituras devem ser aplicadas em diferentes materiais de leitura, desde um bilhete, uma carta até textos mais elaborados. (SOARES: 2000)

A escrita na perspectiva da dimensão individual do letramento é também um conjunto de habilidades linguísticas e psicológicas, estendem-se das habilidades de registrar sons até a capacidade de transmitir significado de forma adequada. É um processo de expressar ideias e organizar o pensamento em língua escrita. A escrita engloba a habilidade de transcrever a fala, inclui habilidade motora, ortografia, pontuação, seleção de assunto para determinado público, organização de ideias. Além disso, as habilidades escritas devem ser aplicadas a diferentes textos escritos, desde a assinatura, passando por uma lista de compras, até a uma tese de doutorado. (SOARES, 2000)

Diante dessas considerações, é muito difícil definir com consistência o que é letramento. Não é fácil encontrar uma linha divisória que separe um indivíduo letrado para o não letrado. Será que somente quem domine todas essas habilidades de leitura e escrita podem ser considerados letrados? E quem domina apenas parte delas, é considerado iletrado? Essas são indagações que esquentam ainda mais os debates acerca do letramento.

Quanto à dimensão social do letramento, este passa a ser visto como um fenômeno cultural, um conjunto de atividades sociais que envolvem a língua escrita, e de exigências sociais de uso da língua escrita. (SOARES: 2000) É o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e escrita, em determinado contexto, e como essas habilidades se relacionam com as práticas sociais. “O que o letramento é depende essencialmente de como a leitura e a escrita são concebidas e praticadas em determinado contexto social; letramento é um conjunto de práticas de leitura e escrita que resultam de uma concepção de o quê, como, quando, por que ler e escrever.” (p. 75)

A autora ainda apresenta duas interpretações conflitantes sobre a natureza da dimensão social de letramento: uma interpretação progressista, “liberal”, que a autora chama de “fraca”, e uma interpretação radical, “revolucionária”, a qual a autora chama de “forte”. A perspectiva liberal afirma que as habilidades de leitura e escrita

não podem ser dissociadas de seus usos, ou seja, são habilidades necessárias para que os indivíduos funcionem adequadamente em um contexto social, daí vem o termo letramento funcional, o qual enfatiza seu valor pragmático ou de sobrevivência, que mantém as práticas e relações sociais correntes, acomodando as pessoas às condições vigentes.

Já para a interpretação revolucionária, o “letramento não pode ser considerado um instrumento neutro a ser usado nas práticas sociais quando exigido, mas é essencialmente um conjunto de práticas socialmente construídas que envolvem a leitura e a escrita, geradas por processos sociais mais amplos, e responsáveis por reforçar ou questionar valores, tradições e formas de distribuição de poder presentes nos contextos sociais.” (p. 74-5). Não é um fenômeno autônomo, mas ideológico e suas consequências são “desejáveis e benéficas apenas por aqueles que aceitam como justa e igualitária a natureza e estrutura do contexto social específico no qual ele ocorre”. (p.76)

Sabemos que o compromisso da escola com a leitura tem início desde antes da alfabetização que, segundo Paulo Freire (1980), deveria levar o sujeito a “organizar reflexivamente o seu pensamento, desenvolver a consciência crítica, introduzi-lo num processo real de democratização da cultura e de libertação”. No entanto, sabemos que a simples sistematização do código não garante ao aluno-sujeito uma leitura competente. Freire foi um dos primeiros a ver no letramento um poder revolucionário, pois afirmava que ser alfabetizado é tornar-se capaz de usar a leitura e a escrita como um meio de tomar consciência da realidade e transformá-la é a libertação do homem e de sua “domesticação”. O letramento promove a mudança social, cria condições para a aquisição de uma consciência crítica das contradições da sociedade, estimula a participação do homem na criação de projetos capazes de atuar sobre o mundo, de transformá-lo e de definir os objetivos de um autêntico desenvolvimento humano.

Desta forma, tanto a visão “forte” quanto a “fraca” evidenciam a relatividade do conceito de letramento, uma vez que as atividades sociais que envolvem a língua escrita dependem da natureza e estrutura da sociedade e dependem do projeto de que cada grupo político pretende implementar, elas variam no tempo e no espaço. Assim, fica impossível formular um conceito único de letramento adequado a todas as

pessoas, em todos os lugares, em qualquer tempo, em qualquer contexto cultural ou político.

O letramento é uma variável contínua e não discreta e dicotômica; refere-se a uma multiplicidade de habilidades de leitura e de escrita, que devem ser aplicadas a uma ampla variedade de materiais de leitura e escrita; compreendem diferentes práticas que dependem da natureza, estrutura e aspirações de determinada sociedade. Em síntese, o letramento é ‘um fenômeno de muito significados’ (Scribner, 1984, p.9); uma única definição consensual de letramento é, assim, totalmente impossível. (SOARES: 2000, p. 112)

Segundo Kleiman (2004), pode-se afirmar que a escola, a mais importante das agências de letramento, preocupa-se, não com o letramento, prática social, mas com apenas um tipo de prática de letramento, a alfabetização, o processo de aquisição de códigos (alfabético, numérico), processo geralmente percebido em termos de uma competência individual necessária para o sucesso promoção na escola. Esse modelo de letramento, de acordo com a autora, traz consigo outras características que o fazem fechado em si mesmo, pois atribui poderes e características próprias da escrita para os povos que a dominam; faz relação entre a escrita e o desenvolvimento cognitivo e faz distinção entre oralidade e escrita. A característica de “autonomia” refere-se ao fato de que a escrita seria, nesse modelo, um produto completo em si mesmo, que não estaria preso a contexto de sua produção para ser interpretado. O processo de interpretação estaria determinado pelo funcionamento lógico interno ao texto escrito, não dependendo das reformulações estratégias que caracterizam a oralidade, pois nela, em função do interlocutor, mudam-se rumos, improvisa-se, enfim, utilizam-se outros princípios que os regidos pela lógica, a racionalidade, ou consistência interna, que acabam influenciando a forma da mensagem.

Soares (2000) apresenta três argumentos que justificam a necessidade de definir índices de letramento através de avaliação e medição. Primeiro, o índice de letramento de uma sociedade ou de um grupo social é um dos indicadores básicos do progresso de um país ou de uma comunidade. A segunda justificativa para a necessidade de determinar índices de letramento está intimamente ligada à primeira. Os índices são úteis para comparação entre países ou comunidades, respondendo a

uma importante preocupação nacional e internacional com o cotejo de dados econômicos e sociais.

Por fim, a terceira justificativa é o fato de que índices de letramento são imprescindíveis tanto para a formulação de políticas quanto para o planejamento, a implementação e o controle de programas, não apenas de letramento, mas de bem estar social, em geral. Sem dúvida, o letramento é um direito humano absoluto, independentemente das condições econômicas e sociais em que um dado grupo humano esteja inserido.

As discussões em torno dessas questões acerca do letramento e alfabetização não se configuram num modismo passageiro, e sim em importantes temáticas a serem debatidas e articuladas no trabalho em sala de aula. A maneira como o professor conduz o seu trabalho é essencial para que o aluno construa o conhecimento sobre o objeto escrito e adquira certas habilidades que lhe permitirão o uso efetivo de ler em diferentes situações sociais.

Para Maciel e Lúcio (2008), é importante que o professor, consciente de que o acesso ao mundo da escrita é em grande parte responsabilidade da escola, conceba a alfabetização e o letramento como fenômenos complexos e perceba que são múltiplas as possibilidades de uso da leitura e da escrita em sociedade.

Conduzir as aulas de Português sob a perspectiva do letramento, “mais do que uma decisão individual é uma opção política, uma vez que estamos inseridos num contexto social e cultural em que aprender a ler e escrever é mais do que o simples domínio de uma tecnologia.” (MACIEL e LÚCIO, 2008, p.31)

A nossa prática pedagógica deve ser conduzida a fim de viabilizar a formação de um sujeito que não apenas decodifica/codifica o código escrito, mas que exerça a escrita nas diversas situações sociais que lhe são demandadas. A maneira como o professor conduz o seu trabalho é crucial para que seu aluno construa o conhecimento sobre o objeto escrito e adquira certas habilidades que lhe permitirão o uso efetivo do ler e escrever.

No que se refere à leitura, as Diretrizes Curriculares do Ensino Básico do estado do Paraná (2008) afirmam que é um “ato dialógico, interlocutivo, que envolve demandas sociais, históricas, políticas, econômicas, pedagógicas e ideológicas de

determinado momento” (p. 56). Diz, ainda, que “ao ler, o indivíduo busca as suas experiências, os seus conhecimentos prévios, a sua formação familiar, religiosa, cultural, enfim, as várias vozes que o constituem”. (p.56) Sob este enfoque, a leitura é muito mais que mera decodificação, é se confronta com o próprio saber do leitor, com sua experiência de vida.

Kleiman (1998) afirma que o letramento adquire múltiplas funções e significados dependendo da situação em que é desenvolvido. Cita, como exemplo, que uma família letrada constitui a agência de letramento mais eficiente para garantir o sucesso escolar, pois as práticas e usos da escrita são fato cotidiano: leitura de jornal no café da manhã, redação de bilhete ou consulta a uma agenda como suportes da memória, leitura de um livro de cabeceira, etc. Nesse contexto, o letramento é desenvolvido mediante a participação da criança em eventos que pressupõe o conhecimento da escrita e o valor da leitura. “Para a criança cujo letramento se inicia no lar, no processo de socialização primária, não procede a preocupação sobre se ela aprenderá a ler ou não, muito presente, entretanto, nos pais de grupos marginalizados.” (p. 183)

Nesta perspectiva, espera-se que a escola proporcione a todos os alunos oportunidades de conhecimento, o que significa dar acesso aos letramentos relacionados à leitura, especificamente à leitura literária e que possibilite ao sujeito perpassar as esferas sociais nas quais necessita atuar, com competência, desenvoltura e eficácia.

No que se refere ao letramento literário, começaremos usando as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná - DCEs (2008), que afirmam que a literatura, como produção humana, está intrinsecamente ligada à vida social. “O entendimento do que seja produto literário está sujeito a modificações históricas, portanto não pode ser apreensível somente em sua constituição, mas em suas relações dialógicas com outros textos e suas articulações com outros campos”. (p. 57)

Cândido apud DCEs (2008) diz que a literatura é vista como arte que humaniza e transforma o homem e a sociedade, que a literatura por si só faz parte da formação do sujeito, atuando como instrumento de educação, ao retratar realidades não mostradas pela ideologia dominante.

No Brasil, o ensino de Literatura sempre esteve voltado, e ainda o está de certa forma, ao trabalho com a História da Literatura e com os textos ficcionais canonizados, o que dá à leitura de textos literários certa artificialidade, pois ela se fecha em si mesma, ficando distante do seu verdadeiro sentido que é ser manifestação artística humana e histórica, tão viva e instigante.

Mas afinal, qual é o papel da Literatura em um tempo onde os sujeitos recebem tudo pronto, como envolvê-los na leitura de textos literários, na beleza que se esparrama em uma narrativa ou em um poema? COSSON (2009) defende a ideia de que o letramento literário é diferente da leitura por fruição, apesar de esta última depender daquele. Ressalta, ainda, que a literatura deve ser ensinada na escola:

(...) devemos compreender que o letramento literário é uma prática social e, como tal, responsabilidade da escola. A questão a ser enfrentada não é se a escola deve ou não escolarizar a literatura, como bem nos alerta Magda Soares, mas sim como fazer essa escolarização sem descaracterizá-la, sem transformá-la em um simulacro de si mesma que mais cega do que confirma seu poder de humanização. (COSSON, 2009, p.23)

Estamos formando leitores através da literatura ou estamos nos enganando? Neste sentido, o alerta que faz o autor é pertinente, ou seja, o estudo do texto literário está inserido numa prática escolar que começa e termina nela mesma, por isso os alunos não veem sentido nesse estudo. Temos, então, algumas discussões e propostas a desenvolver acerca do texto literário, como objeto de estudo para o letramento, pois acreditamos que a leitura efetiva de textos da esfera literária pode levar o aluno ao contato com uma variedade imensa de situações por meio das personagens, proporcionando-lhe experiências para o entendimento crítico das estruturas sociais.

Essa leitura empobrecida dos textos literários encobre uma relação ampla e dinâmica de significações que deveria e deve existir entre o contexto de produção e o leitor, pois no momento em que se valoriza apenas o “dentro”, muitas coisas deixam de ser reveladas pelo “fora”. Neste sentido, o leitor deve se posicionar como o destinatário do texto ficcional, a fim de que o processo de criação ficcional se estabeleça de forma plena, ou seja, o autor diz e o leitor capta a informação de forma adequada. A leitura do texto literário deve respeitar e entender as suas especificidades, bem como transcender a ele num processo gradativo: leitura das

linhas, das entrelinhas e para além das linhas, pois o leitor e o autor são sujeitos ativos que dialogam no texto que é considerado o próprio lugar de interação.

Sobre isso, assevera Aguiar e Bordini (1993):

A literatura não se esgota no texto. Complementa-se no ato da leitura e o pressupõe, prefigurando-o em si, através de indícios do comportamento a ser assumido pelo leitor. Esse, porém, pode submeter-se ou não a tais pistas de leitura, entrando em diálogo com o texto e fazendo-o corresponder a seu arsenal de conhecimentos e de interesses. O processo de recepção textual, portanto, implica a participação ativa e criativa daquele que lê, sem com isso sufocar-se a autonomia da obra (BORDINI e AGUIAR: 1993 p. 86).

Assim como não se esgota no texto, não se esgota também nas inovações estilísticas, estéticas e suportes.

Nesta perspectiva, a leitura literária propriamente dita, pode desencadear e propiciar conhecimentos e que proporcionarão ao aluno-leitor, o letramento, em que o sujeito é capaz de utilizar a escrita, inclusive a literária, como prática, incorporando à sua vida as experiências adquiridas nas leituras. Sobre isso, argumenta Cosson (2009):

Ser leitor de literatura na escola é mais do que fruir um livro de ficção ou se deliciar com as palavras exatas da poesia. É também posicionar-se diante da obra literária, identificando e questionando protocolos de leitura, afirmando ou retificando valores culturais, elaborando e expandindo sentidos. Esse aprendizado crítico da leitura literária, que não se faz sem o encontro pessoal com o texto enquanto princípio de toda experiência estética, é o que temos denominado aqui de letramento literário. (COSSON: 2009, p. 120)

Já Kleiman (2004) diz que o letramento literário pode ser compreendido como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita literária. Partindo desse pressuposto, o leitor literário é capaz não só de decodificar um poema ou um conto, por exemplo, mas sim de extrair sentidos, construir hipóteses, confrontar ideias do autor com sua própria visão de mundo e seu horizonte de expectativas, além de fazer suas próprias escolhas quanto aos textos literários que deseja conhecer.

Para que ocorra o que a autora expõe acima, é necessário trabalhar com o texto literário com o intuito que vai muito além do que a exploração gramatical, como apresentam muitos livros didáticos. Ao mesmo tempo em que tenta se introduzir uma

concepção interativa de linguagem, ainda apresenta um ensino caracterizado por duas outras concepções de linguagens: a linguagem como expressão do pensamento e a linguagem como meio de comunicação. Ambas primam por um ensino voltado a exercícios estruturais e mecânicos como: faça conforme o modelo, cópia e ditado como exercícios de ortografia, retirar os elementos gramaticais do texto sem se preocupar com a sua funcionalidade, exercícios de compreensão textual em nível de decodificação.

Neste sentido, um trabalho literário focado no letramento, pode contribuir para a evolução da visão que se tem hoje de literatura. Preparar os alunos para ler, compreender e consumir literatura é prepará-los para atuar frente às inúmeras práticas sociais que envolvem a linguagem. Nesse processo, leitura e escrita caminham juntas. Cosson (2009, p. 16) afirma que “é no exercício da leitura e da escrita de textos literário que se desvela a arbitrariedade das regras impostas pelos discursos padronizados da sociedade letrada e se constrói um modo próprio de se fazer dono da linguagem que, sendo minha, é também de todos nós”.

Assim, a literatura em nossas escolas tem um papel importante na formação de alunos mais criativos, mais atentos ao que leem, mais críticos e questionadores. Alunos que reflitam sobre a sociedade em que vivem e que atuem nela de maneira consciente e transformadora. Então é na escola que o aluno precisa aprender a fazer a exploração de maneira adequada da literatura, por meio de atividades que despertem a reflexão, a exploração, a análise para a construção e reconstrução dos sentidos do texto, a identificação dos implícitos e das metáforas, dos aspectos estilísticos, composicionais, entre outros.

Cosson (2009) assevera que a análise literária

toma a literatura como um processo de comunicação, uma leitura que demanda respostas do leitor, que o convida a penetrar na obra de diferentes maneiras, a explorá-la sob os mais variados aspectos. É só quando esse intenso processo de interação se efetiva que se pode verdadeiramente falar em leitura literária. (...) Aprendemos a ler literatura do mesmo modo como aprendemos tudo mais, isto é, ninguém nasce sabendo ler literatura. Esse aprendizado pode ser bem ou malsucedido, dependendo da maneira como foi efetivado, mas não deixará de trazer consequências para a formação do leitor. (...)O segredo maior da literatura é justamente o envolvimento único que ela nos proporciona em um mundo feito de palavras. O conhecimento

de como esse mundo é articulado, como ele age sobre nós, não eliminará seu poder, mas o fortalecerá porque estará apoiado no conhecimento que ilumina e não na escuridão da ignorância. (COSSON: 2009, p, 29)

Como sugestão de trabalho com a literatura, com o objetivo do letramento literário, Cosson (2009) propõe uma sequência básica constituída de quatro etapas: motivação, introdução, leitura e interpretação.

No momento da **motivação**, o professor fará questões instigantes e desafiadoras aos alunos, que os façam posicionarem-se em relação ao tema abordado na obra a ser lida. Discussões sobre questões da atualidade podem ser feitas, bem como da realidade vivida pelos alunos e que tenham relação com o texto que irão conhecer. O que importa nesse momento é que a curiosidade dos alunos seja aguçada.

Na **introdução**, que é o momento de apresentação do autor e da obra (informações básicas), deve-se falar da obra e da sua importância naquele momento, justificando a escolha e apresentando-a fisicamente aos alunos. É importante chamar a atenção para a leitura da capa, orelha e outros elementos para textuais que a introduzem, levantando hipóteses sobre o conteúdo e incentivando-os a comprová-las ou recusá-las depois, com justificativas sobre as razões da primeira impressão. Se houver apreciação crítica nas orelhas ou contracapa, ler para os alunos, demonstrando ser elemento importante para a interpretação.

Na sequência vem a **leitura**, que irá requerer o acompanhamento atento do professor, que auxiliará os alunos nas dificuldades de vocabulário, ritmo de leitura, linguagem metafórica, estrutura composicional, etc. O início pode ser lido de maneira conjunta por professor e alunos, na sequência é proposta a leitura individual, cuja duração deve ser combinada previamente com os alunos. Em meio o acompanhamento da leitura, serão realizadas atividades (aqui chamadas de intervalos) com leitura de outros textos menores que tenham ligação com o texto central, – privilegiando os literários, pois se trata de letramento literário – como videoclipes, músicas, cenas de filme, reportagens, fotos, charges, etc., será o literário dialogando com outros gêneros textuais. Os intervalos oportunizam momentos de compreensão do processo e de intervenções eficientes na formação do leitor.

Por fim, a **interpretação**, que é o momento de entrelaçar os enunciados para realizar inferências e chegar à construção do sentido do texto. Para isso, deve haver o diálogo autor/leitor/comunidade. Essa etapa constitui-se em dois momentos: o primeiro (momento interior) é o relacionado à decifração – palavra por palavra, página por página até a apreensão global da obra. Nesse primeiro momento, não pode haver interferência do professor, pois é o encontro do aluno com a obra, de caráter individual, momento em que toda a bagagem cultural do leitor vai interferir positiva ou negativamente na apreensão dos sentidos do texto. No segundo momento (momento externo), ocorre a concretização, a materialização da interpretação como ato de construção dos sentidos. Nesse momento serão compartilhadas as interpretações e ampliados os sentidos construídos individualmente, com o ganho de consciência de coletividade e o fortalecimento e ampliação de horizontes de leitura. Durante as discussões e atividades, é preciso tomar cuidado com suposições preconceituosas, como “existe uma única interpretação possível” ou “toda a interpretação vale a pena”. Inconcebível também aceitar que a opinião de críticos ou estudiosos responda pela interpretação final. Ou, ainda, pensar que o professor deva guardar para si sua interpretação para não influenciar os alunos. Não é por ser individual que a interpretação não pode ser feita em grupos ou pelo conjunto da turma. Serão esses os momentos de ampliação dos sentidos do texto. Durante as atividades de interpretação, o registro será sempre muito importante, é o momento em que o aluno reflete sobre a obra e exterioriza suas impressões de forma explícita, através de registros que darão oportunidade de diálogo entre leitores e comunidade escolar.

Assim, a literatura deve ser trabalhada como produção humana e ficcional, histórica e social do seu tempo. O professor deve mostrar ao seu aluno que, através de uma linguagem transfigurada, o autor constrói um mundo possível, baseado no mundo real interiorizado por ele. A ficção é metáfora, o que lhe garante a chave para produções de sentido, seguindo as pistas ofertadas pelo texto, sem deixar de perceber as marcas, mesmo tênues, que posicionam o texto ficcional no seu tempo. Assim, a proposta de letramento literário promove estratégias de leitura que vão das linhas

(decodificação) até às entrelinhas (inferências), levando o aluno a ir além das linhas, ou seja, a busca do social, sempre observando o gênero textual trabalhado.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vera Teixeira e BORDINI, Maria da Glória. **Literatura e formação do leitor: alternativas metodológicas**. Porto alegre: Mercado Aberto, 1993.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 10 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

KLEIMAN, Ângela. Ação e mudança na sala de aula: uma pesquisa sobre letramento e interação. IN: ROJO, Roxane. **Alfabetização e letramento**. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

_____. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola, IN: _____.(org.) **Os significados de letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

MACIEL, Francisca Izabel e LÚCIO, Iara Silva. Os conceitos de alfabetização e letramento e os desafios da articulação entre teoria e prática. IN:CASTANHEIRA, Maria Lúcia; MACIEL, Francisca Izabel e MARTINS, Raquel Fontes (orgs). **Alfabetização e letramento na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica**. Paraná: Secretaria de Estado da Educação., 2008.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.